

Ciência Atual

Revista Científica
Multidisciplinar das
Faculdades São José

2015

Volume 5 | Nº1



FACULDADES
SÃO JOSÉ

ISSN 2317-1499

A DINÂMICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: um breve relato dos desafios de uma IES e sua inserção social sob a perspectiva do ensino e pesquisa

DYNAMICS OF UNIVERSITY EXTENSION: a brief account of the challenges of an HEI and their social integration from the perspective of teaching and research.

José Eduardo Pereira Filho

Professor Doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/IPPUR), Mestre em Ciência Política (IFCS/UFF).
Graduação em Ciências Sociais, Licenciatura e Bacharelado (IFCS/UFF).

Maria Alice Ilha Niederauer de Freitas

Graduando em Direito (FSJ), 10º Período.

RESUMO

O presente artigo trata da Extensão Universitária sob a perspectiva do ensino e da pesquisa. O objetivo central é apresentar os principais desafios de uma instituição de ensino superior para criação de um Núcleo de Extensão visando à ampliação da sua inserção social na região em que está inserida, sob perspectiva do ensino e da pesquisa. O estudo tem como problemática central apontar quais são os principais desafios iniciais de uma instituição universitária ao elaborar e dar os primeiros passos na construção de um Núcleo de Extensão. Para tanto a pesquisa fez uso dos seguintes recursos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental; pesquisa de campo aliada à técnica da observação participante, visando conciliar os aspectos conceituais e concretos da investigação. Pode ser concluído que os desafios iniciais da criação de um Núcleo de Extensão Universitária vão desde os organizacionais/operacionais até os de natureza cultural. Entretanto, podemos considerar que o principal desafio diz respeito ao entendimento do significado da Extensão por parte dos atores envolvidos, tais como professores, gestores universitários, discentes e a própria comunidade a ser assistida. Isto está relacionado ao caminho a seguir, focado em cursos voltados para comunidade, a prestação de serviços in loco ou na própria faculdade. Ou por meio da combinação de ambas diretrizes. Acredita-se também que a Extensão deve, de certo modo, ser flexível o bastante para assumir um formato que dependerá do público alvo que se deseja atingir e das expectativas deste segmento social. Para tanto, o Núcleo de Extensão Universitária juntamente com a Direção de ensino, das Escolas e com as Coordenações, deverá estar atento e sensibilizado a compreender os meandros e as expectativas institucionais, acadêmicas e sociais.

Palavras-Chave: Extensão Universitária, ensino e pesquisa.

ABSTRACT

This article deals with the University Extension from the perspective of teaching and research. The main objective is to present the main challenges of an institution of higher education for creating an Extension Center included to extend their social integration in the region in which it operates, from the perspective of teaching and research. The study is central problematic point out which are the main initial challenges of a university to prepare and take the first steps in building a Core Extension. For both research made use of the following methodological resources: bibliographic and documentary research; search field allied to the technique of participant observation, in order to reconcile the conceptual and practical aspects of research. It can be concluded that the initial challenges of creating a University Extension Center range from organizational / operational by the cultural nature. However, we can consider that the main challenge concerns the understanding of the meaning of extension by the actors involved, such as teachers, university administrators, students and the community itself to be assisted. This is related to the way forward, focused on courses focusing on community, the provision of services on-site or in the college. Or by combination of both guidelines. It is also believed that the extension should, in a sense, be flexible enough to take a format that depend on the target audience they want to reach and the expectations of this social segment. To this end, the University Extension Center along with the educational direction, the schools and the Coordinators should be aware and sensitized to understand the intricacies of institutional, academic and social expectations.

Keywords: University Extension, teaching, research.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de um tema por demais recorrente no meio acadêmico e universitário que se constitui no que denominamos como Extensão Universitária. Ao contrário do que se poderiam imaginar, as práticas extensionistas no campo universitário brasileiro remontam desde os primórdios do século passado e perduram, embora com diferentes significados, até os dias atuais. É possível constatar também as suas múltiplas interpretações conforme literatura que analisa o tema e identificar os seus principais desafios frentes às inúmeras transformações que a sociedade e o meio universitário têm passado.

Quando tratamos do tema – Extensão Universitária – inúmeras questões podem ser levantadas, desde as que dizem respeito à natureza normativo-legal desta atividade até as referentes às formas de atuação e operação.

Diante da amplitude da discussão, o presente estudo tem como problemática central identificar quais são os principais desafios iniciais de uma instituição universitária ao elaborar e dar os primeiros passos na construção de um Núcleo de Extensão.

Portanto, o objetivo central do artigo é apontar os principais desafios de uma instituição de ensino superior na atualidade e a sua respectiva relevância ao desejar criar um Núcleo de Extensão Universitária visando à ampliação da sua inserção social na região em que está inserida, sob perspectiva do ensino e da pesquisa.

Visando alcançar o citado objetivo, buscaremos os seguintes objetivos específicos: elaborar uma breve compreensão de extensão universitária, tendo como foco sua evolução histórica e a consequente redefinição conceitual; apresentar um breve histórico da IES e da comunidade pesquisadas, apresentar os principais dilemas e desafios da extensão na atualidade e, por fim, apontar as possíveis contribuições visando à ampliação da interlocução entre Ensino, Pesquisa e Extensão, objetivando, assim, a troca de conhecimento e experiências entre Instituição de Ensino Superior (IES) e Comunidade.

Em termos mais amplos, um dos motivos que justificam a realização do estudo estão relacionados às transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas mais recentes que certamente têm impactado nas relações decorrentes da Extensão Universitária. No sentido restrito, em termos educacionais, percebe-se que tais transformações tem se revelado consequentemente em novos desafios.

Observa-se, então, que a construção do saber isolado e dissociado tem sido amplamente questionada por uma compreensão que busca associá-la à interdisciplinaridade e ao processo de troca contínua de conhecimento entre atores sociais de mundos relativamente distintos, como tradicionalmente, são reconhecidos os encontros decorrentes entre o meio universitário e a denominada “comunidade”. Tal quadro tem se revelado como uma expressão social máxima que se revela nas relações interpessoais e sociais no sentido mais amplo, decorrentes da Extensão Universitária, se constituindo em um potencial mais promissor.

Vale lembrar, contudo, que em função da própria ampliação do ensino superior a extratos das camadas populares – via políticas públicas no campo educacional - tem rompido, de certo modo com a visão segmentada que distingue de modo rígido e absoluto a Extensão Universitária e a Comunidade, pois se considera cada vez mais que quem está inserido no ensino superior hoje, também pode ser um membro de uma determinada “comunidade”. Portanto, este estudo busca contribuir para o referido debate, reconhecendo que o contexto da Extensão Universitária pode e tem assumido novos contornos que precisam ser mais amplamente discutidos e analisados.

Respondendo a questão norteadora do presente estudo apresentada inicialmente, o artigo tem como hipótese que os desafios iniciais da criação de um Núcleo de Extensão Universitária são inúmeros, desde os organizacionais e culturais até os institucionais. Entretanto, temos como foco central que o principal desafio diz respeito ao entendimento do sentido e do significado da Extensão entre os diversos atores envolvidos, tais como professores, gestores universitários, discentes e a própria comunidade a ser assistida. Acredita-se também que a Extensão é de certo modo flexível o suficiente para assumir um formato que dependerá do público alvo que se deseja atingir e das expectativas deste grupo social. Eis, talvez, o principal desafio.

Metodologicamente, de um lado, o estudo teve como base uma breve pesquisa bibliográfica buscando recuperar conceitualmente a trajetória da Extensão Universitária por meio dos diversos autores que investigam o tema; de outro lado, buscou traçar um breve apanhado das inúmeras interpretações que a extensão tem assumido, conforme o contexto político-social que esteja inserido.

Foi elaborada igualmente uma pesquisa documental tendo como base a legislação pertinente ao exercício da Extensão Universitária em si, assim como os contornos educacionais em que tem estado envolvida. Tais documentos estão relacionados às determinações governamentais no campo educacional, assim como documentos da IES pesquisada, e especial, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/FSJ – 2013-2017).

Por fim, este estudo também teve como suporte metodológico, a experiência dos autores deste trabalho na condição de implementadores do Núcleo de Extensão Universitária em sua inserção em uma comunidade situada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, se constituindo, portanto, em um tipo de pesquisa que se enquadra na conceituação de pesquisa de campo, aliada à observação participante.

Tal procedimento representa um método de investigação típico dos estudos antropológicos em função da presença do pesquisador no lócus a ser investigado, não diferenciando de modo explícito a relação entre pesquisador e pesquisado em função do nível de interação entre ambas as partes. O relato presente é, conseqüentemente, fruto dos primeiros passos da inserção do Núcleo de Extensão Universitária em uma comunidade do bairro de Realengo, ao longo do segundo semestre de 2014.

Portanto, com o intuito de atingir os objetivos elencados no presente artigo, inicialmente será apresentada uma conceituação teórica e histórica da Extensão Universitária na sociedade brasileira. No momento seguinte serão relatados alguns dos principais acontecimentos e fatos correspondentes à história das FSJ e da Comunidade do Batan, delineando o perfil de cada objeto investigado. Finalmente, serão apresentadas as ações específicas promovidas pelas FSJ no campo da ação social e os primeiros passos da extensão propriamente dita na Comunidade do Batan.

Tal encaminhamento buscou, portanto, conciliar alguns pressupostos teóricos da Extensão Universitária com a experiência concreta e real das ações da IES pesquisada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O que compreendemos hoje como Extensão Universitária teve origem na Europa, mais precisamente na segunda metade do século XIX na Grã-Bretanha visando atender à população em geral por meio de cursos curtos promovidos por instituições de ensino. Nos EUA a extensão se estendeu para a prestação de serviços nas áreas urbana e rural, não se restringindo, portanto, à promoção de cursos.

A natureza das duas formas extensão, a europeia e a norte-americana - a primeira com ênfase em curso e a segunda com destaque à prestação de serviços - irá determinar na formulação de dois modelos de Extensão Universitária que até os dias atuais encontra-se em debate.

No Brasil as primeiras experiências remontam ao ano de 1911, na antiga Universidade de São Paulo, que inicialmente buscou atuar na promoção de cursos voltados à população em geral. A ideia era entender a Extensão Universitária como uma forma de levar os saberes acadêmicos através de cursos a quem não teria acesso a tais informações. (NOGUEIRA, 2001, p. 63)

Na década seguinte, observa-se a ocorrência da elaboração de programas de prestação de serviços na área rural promovidos pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e pela Escola Agrícola de Lavras, ambas as experiências ocorridas em Minas Gerais. (NOGUEIRA, 2001, p. 58)

Conforme Nogueira (2001) foi por meio do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, que a Extensão Universitária foi designada como um instrumento de ampliação dos serviços da universidade à população em geral, visando como autor aponta uma "maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias que concorrerão de modo eficaz para elevar o nível da cultura geral do povo".

Acrescenta Silva (2012, p. 95), reiterando as palavras de Nogueira (2001) que:

A institucionalização da extensão no âmbito da Legislação tem início com o Decreto nº. 19.851/31, de 11 de abril de 1931, que institui o "Estatuto da Universidade Brasileira", no qual se verifica a primeira referência legal feita à extensão universitária – concebendo "a extensão associada à ideia de elevação cultural daqueles que não participavam da vida universitária".

Eis uma ideia clara do entendimento da Extensão Universitária dentro de um modelo tradicional que se revela na concepção de uma instituição que "leva" o conhecimento a quem é considerado desprovido de saberes muitas vezes associados à cultura como o próprio texto diz.

Na realidade, Nogueira (2001) observa que as atividades de extensão desse molde se constituem nesse contexto em um complemento na formação dos alunos e dos egressos, tendo, entretanto, reduzido impacto efetivo nas populações assistidas.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 4024, 1961) faz uma breve citação da Extensão Universitária ao declarar que as Universidades poderiam ministrar cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização aos indivíduos que estivessem aptos a fazê-los.

Os governos decorrentes do movimento civil-militar de 1964 deram continuidade a uma visão de extensão de caráter assistencialista por meio de dois grandes projetos. O Projeto Rondon e o CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária) visavam envolver estudantes de ensino superior em ações sociais que tinham evidentemente um forte apelo ideológico do contexto político autoritário que aliava desenvolvimento econômico e a política de Segurança Nacional. (NOGUEIRA, 2001, p. 60).

Ainda neste contexto, a Lei Básica da Reforma Universitária (nº 5.540/1968) refere-se à Extensão Universitária nos artigos 20 e 40. No primeiro artigo é declarado que as IES poderão promover cursos e serviços junto às comunidades, fruto das suas atividades de ensino e pesquisa, enquanto o segundo considera que as atividades de extensão contribuiriam para que os estudantes promovessem melhores condições sociais das comunidades assistidas (NOGUEIRA, 2001, p. 61).

No caso brasileiro, as duas modalidades de Extensão Universitária – cursos e prestação de serviços - interagiram ao longo da história, embora, conforme afirma Nogueira (2001, p. 62) “desarticuladas das demais atividades acadêmicas – Ensino e Pesquisa -, mas delas dependentes”.

Nogueira (2001) também revela outra compreensão da Extensão Universitária no contexto histórico social mais recente. Nos anos 60 antes do golpe militar de 1964 a extensão se viu vinculada com um engajamento político com as camadas populares, enquanto a partir da segunda metade da referida década em função da ascensão do novo governo assumiu novamente um perfil mais assistencialista.

Na década de 70 do século passado, o Ministério da Educação, em disputa com outros ministérios, criou o Plano de Extensão Universitária fortemente influenciado pela política desenvolvimentista de então, tomando o referido Ministério para si a atribuição de formular a política de Extensão, definindo-a naquele momento de maneira até inovadora na medida em que a reconhecia como: “a forma através da qual a IES estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa” (MEC/ DAU, 1975 citado por NOGUEIRA, 2001, p.65).

Com o processo de redemocratização ao longo da década de 80, o compromisso social das IES foi reforçado em função das demandas sociais decorrentes das alterações institucionais que o país passou, entre eles maior participação social nas diretrizes educacionais e sociais mais amplas.

Acrescente-se ao referido fato, o compromisso cada vez mais crescente de se evitar uma visão assistencialista da Extensão Universitária, devendo, ao contrário, estar cada vez mais vinculada ao ensino e à pesquisa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) ao apontar as funções do ensino superior declara que a extensão tem um papel difusor das conquistas culturais e da pesquisa científica junto à sociedade mais ampla.

Até aquele momento, comparando o referido texto, afirma Nogueira (2001), não tinha havido um avanço significativo no entendimento das funções da Extensão Universitária em relação aos primórdios da legislação que tratou do tema; o que se constitui em um problema, na medida em que parece não ter acompanhado às mudanças que ocorreram na sociedade mais ampla, quer no campo político, quer no campo social e da própria formação acadêmica e profissional nas faculdades e universidades brasileiras.

O embate entre uma Extensão Universitária assistencialista e de certo modo elitista, desvinculada do ensino e da pesquisa e uma visão mais arrojada que a entende como uma atividade acadêmica ampla que envolve produção, sistematização e transmissão de conhecimento (p. 71), ainda hoje mapeia o debate.

Acrescente-se ainda um desafio de a Extensão Universitária ser um elemento de não apenas produção, sistematização e transmissão de conhecimento, mas como uma efetiva forma de troca de saberes, quer científicos, disciplinares e objetivos, quer subjetivos e interdisciplinares.

Sob essa perspectiva a representação social mais recente da Extensão Universitária é caracterizada pelo “princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (2012, p. 15) .

Observa-se, portanto, ao longo da trajetória da ocorrência da Extensão Universitária na sociedade brasileira um processo que se inicia nos primórdios do século XX com um forte sentido assistencialista e pouco vinculado à pesquisa e que nos anos mais recentes vem se dirigindo para um entendimento da referida ação como um projeto institucional marcado pela produção científica e pela prática do ensino em si. Vale lembrar também que tais mudanças ocorreram influenciadas pelos momentos políticos e educacionais que o país passou ao longo do referido período.

A EXPERIÊNCIA DAS FACULDADES SÃO JOSÉ: um breve histórico de inserção social.

As Faculdades São José estão localizadas em Realengo na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, é uma instituição de ensino superior que funciona desde 1980.

Atualmente a Instituição de Ensino Superior (IES) oferece no campo da graduação os seguintes cursos: Administração, Ciências Contábeis, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Odontologia, Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado), Turismo, Direito, Pedagogia, Fisioterapia, Educação Física e, para o próximo semestre, Enfermagem.

Sua história está intrinsecamente ligada à história de seu fundador prof. Antônio José Zaib, “emérito educador que iniciou sua labuta na área do ensino em meados da década de 40”. Com o reconhecimento como professor, no início de sua carreira, decidiu fundar, em 1955, o Colégio Dom Oton Motta, e, em seguida, em 1962, o Colégio Rio da Prata, que se tornou “um grande educandário, não apenas por suas instalações, mas também pela qualidade e eficiência do ensino ministrado por primoroso quadro docente.”.

Em decorrência do rápido crescimento do colégio, que o Prof. Antônio José Zaib se entusiasmou e “decidiu lançar a ideia de implantar, naquela Região Administrativa, a Faculdade São José, instituição de ensino superior que atenderia ampla área geográfica suburbana, até então desassistida de qualquer iniciativa nesse campo.” .

A oportunidade de adquirir uma área surgiu no ano de 1970, em Realengo, onde foi construído e implantado o Colégio Realengo, terceira instituição de ensino dedicada à educação básica. Tal instituição em função do “do amplo e bem planejado conjunto arquitetônico levantado, viria a ser o embrião da Faculdade São José”.

O fundador do Colégio Realengo, impulsionado “pela tese vencedora do Congresso de Saúde realizado em Gramado/RS, nos idos de 1970, que vaticinava como causa mor do caos existente na área de saúde e previdência social, a inexistência do profissional Administrador Hospitalar” , entusiasmou-se pela ideia inovadora de difundir no mercado de trabalho, o profissional de Administração Hospitalar.

Motivado por esse ideal, fundou “em 10 de outubro de 1974 a Sociedade de Educação e Assistência Realengo (SEARA), associação civil sem fins lucrativos, com sede à Rua Marechal Soares Andréa n o 90, Realengo, e com foro na cidade do Rio de Janeiro.” Somente a partir disto, obteve autorização do Conselho Federal de Educação (CFE) para o funcionamento do Curso de Administração Hospitalar. Posteriormente, conseguiu o reconhecimento do curso, mantendo-se até os dias de hoje, pioneiro e único, nesta habilitação em nível de graduação, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 1980, as Faculdades São José realizaram o primeiro vestibular para Administração Hospitalar. Desde então, a instituição encontra-se em franco processo de ampliação, implantando diversos cursos de graduação. Os mais recentes são de Educação Física, que começou no semestre 2014.2, e o de Enfermagem, que terá início em 2015.1.

Ao longo desses anos, a instituição também promoveu simpósios, encontros culturais, cursos de extensão, feiras de estágios, cursos de pós-graduação (especialização) e pesquisas nas mais diversas áreas e mantém, desde o início de suas atividades, “ativo programa de pós-graduação e atualmente possui turmas em funcionamento para os cursos de especialização na área de Odontologia e de Educação”.

Além disso, a instituição tem se preocupado em colocar no mercado de trabalho profissionais capacitados profissionalmente e socialmente responsáveis, que possam ser imediatamente inseridos no setor público e no setor privado. “Os serviços prestados pelos profissionais têm trazido prosperidade nos locais de sua atuação, levando o município do Rio de Janeiro a oferecer estágios remunerados semestrais aos alunos da instituição, além de solicitar estagiários sem remuneração.”

Talvez, este seja o principal legado institucional da IES para a região, ou seja, formar indivíduos com capital profissional e cidadão, garantindo, assim, o desenvolvimento local da região. Desenvolvimento que reverbera em amplos campos da vida social, quer na atuação profissional e especializada, quer na área educacional mais ampla. Na medida em que se entende a educação como um instrumento que vai além da capacitação técnica, ao contrário, assume um contorno social e político mais amplo.

Como consequência desses serviços prestados à sociedade, aliado a todo o histórico de atuação da instituição, em 2001, a Sociedade de Educação e Assistência Realengo, mantenedora das FSJ, foi reconhecida como Instituição de Utilidade Pública Municipal pela lei n.º 3.293/01. No mesmo ano, o trabalho do Reitor das FSJ em prol da educação foi laureado com indicações sucessivas, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ao Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, onde, atualmente, permanece exercendo a função de Conselheiro.

Em 2002, a Sociedade de Educação e Assistência Realengo (SEARA), consciente da sua responsabilidade social e preocupada em desenvolver ações concretas destinadas ao crescimento das comunidades de seu entorno, junto com outras seis mantenedoras de instituições de ensino superior, fundaram o Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste (CIEZO), organização não governamental, sem fins lucrativos, com objetivo de fomentar o desenvolvimento socioeconômico da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para o convênio executado até 2008 com a prefeitura carioca para implantação do Programa de Saúde da Família em toda Zona Oeste da capital.

Portanto, conforme foi possível observar, as FSJ, desde a sua instituição, vêm colocando em prática a sua visão, que é “ser identificado como referência no Estado do Rio de Janeiro na qualidade de ensino e na questão do desenvolvimento sustentável e seus desdobramentos na formação de profissionais que possuam as habilidades e competências necessárias para a articulação das questões sociais, econômicas, ambientais e legais, seja na esfera pública ou privada.”

Para isso, se esmera em cumprir sua missão de: “Contribuir para o desenvolvimento econômico e social local e regional, através da formação de cidadãos e de profissionais inovadores, empreendedores, socialmente responsáveis e éticos, preocupados com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, no exercício das suas habilidades e competências profissionais e pessoais.”, com foco nos seus valores: “Dignidade da Pessoa Humana; Pluralismo de Ideias; Multiculturalismo; Justiça Social; Liberdade de aprender, ensinar e divulgar o saber; Meio Ambiente ecologicamente equilibrado; e Tecnologia a serviço da promoção da Pessoa Humana”. Eis o complexo e significativo desafio institucional das FSJ.

A COMUNIDADE DO BATAN: um breve histórico

O trabalho que o Núcleo de Extensão Universitária desenvolveu com a comunidade local ocorreu na região do Batan, também conhecida como Jardim Batan. Trata-se de uma comunidade localizada na Zona Oeste, próxima à Avenida Brasil, em Realengo, que, por muito tempo, ficou conhecida pelos confrontos violentos entre as facções criminosas que procuravam controlar o tráfico de drogas na região, principalmente no Fumacê, uma comunidade vizinha ao Batan.

Em 2007 tráfico de drogas foi contido pelos milicianos, que ocuparam a comunidade. Um ano depois, um fato trouxe notoriedade à comunidade: jornalistas de uma equipe do jornal “O Dia” que estavam fazendo uma série de reportagens justamente sobre a atuação da milícia foram descobertos pelos milicianos e, em seguida, aprisionados e torturados.

Somente com a intervenção da Polícia Militar do Estado do RJ (PMERJ) foi possível expulsar os milicianos e, desde então, a comunidade vive sob a proteção da Polícia Militar, tendo sido a terceira comunidade a ter uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), instalada em 2009. A partir de então, a história do Batan mudou e hoje é considerada uma comunidade pacífica, sobretudo, no que tange aos índices de violência.

Para uma perfeita compreensão da identidade dessa comunidade, é preciso traçar uma linha histórica da região do Batan, que recebeu esse nome a partir do nome da árvore de “Urubatã”, bastante comum na época e que hoje em dia não existe mais na região.

Inicialmente, por volta dos anos 1950, a comunidade era uma grande fazenda, cuja principal atividade era a criação de gado. Com o crescimento populacional e a consequente favelização que aconteceu nas décadas seguintes em todo o Rio de Janeiro, em especial, nos anos de 1970 e 1980, um grande número de pessoas ocupou a região, transformando a antiga fazenda em uma espécie de sub-bairro de Realengo, muito precário, carente de urbanização e saneamento básico, como é o retrato das regiões ocupadas sem investimentos sociais e de equipamento urbano.

Atualmente, estima-se que o Batan possua cerca de 28.000 habitantes, incluindo a comunidade do Fumacê, sendo a maioria destes habitantes oriundos da região Nordeste do país, fruto do fluxo migratório do referido período. Os principais meios de locomoção desses habitantes são os transportes alternativos que passam por Bangu e as linhas de ônibus que trafegam pela Avenida Brasil. Também podem se deslocarem a pé, num percurso que leva aproximadamente 30 minutos até a Estação de Trem de Realengo.

Quanto ao atendimento à saúde da população, o hospital mais próximo é o Hospital Albert Schweitzer, que está localizado a 4 quilômetros de distância da comunidade. Há também o Programa de Agente Comunitário de Saúde (PACS), chamado de Saúde da Família, que trabalha com prevenção da saúde, que atua dentro da região. Também há assistência a saúde pela Clínica da Família Antonio Gonçalves da Silva, instalada em 2012.

No que diz respeito ao atendimento a educação, há a Escola Municipal Costa do Marfim, mais conhecida como "Brizolinha", por ter sido fundada, na época, pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. A escola atende crianças do Ensino Infantil, Fundamental e Especial. Em 2010, foi inaugurado o Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEP), que oferece os cursos de Cabeleireiro Básico, Camareira, Espanhol, Informática I e II, Inglês e Manicure e Pedicure.

Em parceria com as Faculdades São José aconteceram dois cursos de Capacitação de Lideranças Comunitárias, promovidos pelo Núcleo de Extensão Universitária que serão apresentados adiante, mais detalhadamente. O primeiro ocorreu na Clínica da Família Antonio Gonçalves da Silva, acima citada, e contou com a participação de moradores da região e de alunos de graduação da instituição de ensino superior. O segundo ocorreu nas instalações da instituição e também contou com a participação de moradores, alunos e professores das Faculdades São José.

Há ainda projetos em andamento, ainda em um contexto de sensibilização das interfaces entre FSJ e comunidade. Reuniões foram realizadas com o intuito de compreender a demanda da população e buscar meios de promover a parceria entre a instituição e a comunidade, por meio do Núcleo de Extensão Universitária. Tal ação se constitui a fim de promover uma mudança significativa, no quadro social da população, por meio de palestras, cursos, instalação de uma biblioteca comunitária e outras ideias que estão sendo analisadas e poderão ser desenvolvidas ao longo do próximo período.

A EXPERIÊNCIA INICIAL DO NÚCLEO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS FSJ.

Ações pontuais extensionistas

Antes mesmo da primeira experiência de criação do Núcleo de Extensão Universitária (NEU) ao longo dos primeiro e segundo semestres de 2014, as FSJ, sempre tiveram ao longo de sua trajetória experiências concretas de intercâmbios com a região a Zona Oeste em geral, e com o Bairro de Realengo, em especial.

Por meio dos seus cursos de graduação, as FSJ têm promovido uma série de experiências em que tem sido possível executarem ações junto à comunidade residente no entorno. Tais ações são expressas, por exemplo, em atividades relacionadas ao Dia da Responsabilidade Social, cuja ação coordenada entre os cursos tem promovido mais enfaticamente nos últimos cinco anos uma série de ações tanto, no campo da saúde, na questão ambiental, jurídica e da gestão. Ainda neste campo mais institucional o Evento intitulado Feira da Empregabilidade que ocorre por meio de parcerias entre as FSJ e instituições públicas e privadas também se constitui como uma ação que expressa a ocorrência de um diálogo institucional entre as FSJ e a localidade. Acrescente-se ainda a participação das FSJ no Projeto Rondon em sua 14ª edição, em âmbito nacional.

Do mesmo modo, os cursos de maneira específica e autônoma, têm promovido ações mais pontuais relacionadas evidentemente a natureza da atividade de cada um em si.

No campo da saúde podem ser citadas as ações do curso de Fisioterapia no segmento da Terceira Idade envolvendo atividades didático-educacionais-recreacionais da citada faixa etária, resultando igualmente em uma ação socializadora. O objetivo central é por meio de atividades como a hidroginástica promover uma qualidade de vida, tanto social como física.

As ações do curso de Odontologia nas escolas e creches do entorno se constituem em um procedimento que perpassa as atividades disciplinares, quer no campo da promoção da saúde bucal, quer no que tange à prevenção da saúde entre os escolares.

Em entrevista com a Coordenação do curso de Pedagogia foi apresentada a futura ação intitulada Programa Micro Escola em Ação cujo objetivo será atender os estudantes das séries iniciais de Escola Públicas e do Colégio Realengo visando atender os alunos das séries iniciais com dificuldades de aprendizagem. Tais ações serão desenvolvidas pelos graduandos, orientados pelos professores do referido curso.

No que concerne à promoção de atendimento comunitário no interior da instituição de modo contínuo e institucionalizado, as FSJ atuam por meio de três áreas e/ou cursos, a seguir: Clínica Odontológica Leo Krieger, Clínica de Fisioterapia e Clínica de Assistência Jurídica.

As referidas Clínicas têm promovido ações que aliam atividades comunitárias e ensino, conciliando o ensino teórico conceitual com as atividades operacionais e concretas referentes a cada curso.

O envolvimento dos alunos, dos professores e da comunidade com o que é oferecido nos referidos espaços é notório, na medida em que se constituem item fundamental para a formação da graduação. O desafio maior, no entanto, torna-se transformar toda a experiência do corpo docente e discente em produção acadêmica efetiva e mais ampla via produção de artigos e painéis em congressos acadêmicos.

Embora tais ações não se constituam em si uma natureza extensionista, cada qual revela uma atuação social que poderá se revelar, como já em alguns casos ocorre, em uma ação que se espraia para espaços territoriais e sociais mais amplos, transformando o cotidiano daqueles que fazem uso dos serviços promovidos pela IES.

Tanto as ações mais centralizadas - cujos exemplos mais significativos são o Dia da Responsabilidade Social e a Feira da Empregabilidade - como as atuações direcionadas especificamente pelos cursos das FSJ, ainda se enquadram em um perfil relativamente pulverizado, mas que, ainda assim, reverberam em uma espécie de ação social que atinge determinadas expectativas sociais da população da região, quer seja uma ação em saúde quer seja uma orientação jurídica, ou ainda uma ação educacional.

É bom lembrar que tais ações – pontuais, regulares ou contínuas - já se efetivavam antes mesmo dos primeiros passos iniciados ao longo do ano de 2014, o que permite constatar um perfil institucional das FSJ – ainda que pulverizado – com um forte perfil para ação extramuro.

A EXPERIÊNCIA COM A COMUNIDADE DO “BATAN”: sensibilizando a interação entre meio acadêmico superior e a comunidade no ano de 2014

Em meados de 2013, a Escola de Negócios por meio do seu Diretor, estabeleceu os primeiros contatos com duas organizações governamentais que desenvolviam projetos sociais na Comunidade do Batan: a seguir Comunidade Verde (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) e Territórios da Paz (Governo do Estado do Rio de Janeiro).

No início do primeiro semestre de 2014 ocorreu a primeira reunião no interior das FSJ, contando com a presença de professores, alunos, lideranças locais e agentes públicos municipais e estaduais.

A partir desta primeira reunião as FSJ foram convidadas a conhecer a Comunidade por meio de visitas periódicas. Observou-se, então, um território social e geográfico com um grande potencial de ações que poderiam se circunscrever em ações extensionistas.

A região denominada Batan está localizada a cerca de um quilômetro das FSJ e tem um ambiente socialmente propício em função do processo de “pacificação” que estava sendo implementado por meio do programa de Segurança Pública do governo estadual denominado “Unidade de Polícia Pacificadora” (UPP).

Inicialmente fomos convidados na condição de observadores a participar das reuniões mensais na última sexta-feira de cada mês realizadas na Sede da UPP. Nas referidas reuniões observamos a presença da PMRJ por meio da Comandante do Batan, representantes de órgãos municipais e estaduais, e da comunidade e da sociedade civil.

A estratégia foi a sensibilização comunitária. O princípio maior era, sobretudo, ouvir, mais do que falar ou tecer considerações.

No referido momento são discutidos os mais variados assuntos que se resumem em uma tentativa de interlocução entre os órgãos de segurança e as expectativas da comunidade e de seus representantes.

O clima nas referidas reuniões é de profunda interação e de busca de diálogo entre todas as partes envolvidas o que de certo modo surpreende, pois representam tentativas dialógicas de se discutir problemas coletivos. Os possíveis conflitos entre os atores sociais são contornados e administrados pelo propósito maior de terem que conviver no território sócio-geográfico e de buscar mais efetividade na solução dos problemas comunitários.

Dentre as inúmeras demandas locais e dentro do referido contexto, o incipiente Núcleo de Extensão Universitária propôs a formulação de um curso de Capacitação de Lideranças Comunitárias, após um processo de inserção inicial por meio da presença nas reuniões mensais e de visitas regulares como as que ocorreram no curso promovido pelo Programa “Comunidades Verdes” para os moradores da localidade.

O primeiro encontro do referido curso de Capacitação, ocorrido na Clínica da Família Antonio Gonçalves Silva, próxima à comunidade local, teve como objetivo central qualificar membros da comunidade para liderança social, instrumentalizando-os no exercício da liderança no que tange às relações entre a comunidade, o poder público e a sociedade civil mais ampla, contando com a presença de atores locais, de outras comunidades, alunos das FSJ e de representantes do Poder público. Ali o tema liderança se desdobrou nas seguintes discussões: liderança, democracia, poder público e cidadania.

Já o segundo encontro de Capacitação ocorreu no Auditório das FSJ e contou com o mesmo espectro de atores do evento anterior, tendo como foco Cidadania, Terceiro Setor e Projetos Sociais. Ali os presentes tiveram a oportunidade de serem capacitados por professores das FSJ, assim como foram desafiados a compreender a legislação referente ao Terceiro Setor e o passo a passo da elaboração de um Projeto Social.

Tanto o primeiro como o segundo encontro, tiveram as temáticas acordadas anteriormente entre os agentes envolvidos, liderança comunitária, agentes públicos e o NEU. No primeiro encontro teve como base a demanda em favor da compreensão do significado da liderança e do líder em suas múltiplas interfaces com os liderados, com a coletividade e com o poder público.

Já o segundo encontro teve como foco a capacitação na formulação de projetos sociais visando o financiamento por parte dos entes públicos e privados, na medida em que foi sinalizado, em outros encontros, a existência de inúmeros programas governamentais de financiamento de projetos sociais, cujos principais problemas diziam respeito não à inexistência, mas à dificuldade da elaboração de projetos que obedecessem aos trâmites operacionais exigidos pelas agências de financiamento, o que se constituía em um verdadeiro entrave para a ocorrência de programas sociais da própria comunidade, nos mais variados campos, tais como o ambiental, educacional, saúde e lazer.

Mais recentemente – em novembro - com o objetivo de ampliar a interação e, até mesmo como resultado desta, representantes da comunidade, o autor do presente artigo e um funcionário das FSJ e componentes da UPP/Batan foram convidados para participar do Curso de Convivência e Segurança Cidadã que foi promovido Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento pela Comandante da referida UPP, expressando e revelando, portanto, a busca de uma maior interação entre diferentes segmentos que atuam a localidade pesquisada.

Tais iniciativas são salutares porque de algum modo revelam uma troca não mais direcionada apenas pela lógica de que a IES “ensina” e comunidade “aprende”.

Embora a função da IES tenha como compromisso central o ensino no seu sentido mais amplo, o momento atual exige cada vez mais uma verdadeira comunicação e troca de saberes, o chamado conhecimento científico e técnico interagindo com o produzido pela experiência cotidiana das pessoas.

Os eventos ocorridos ao longo do presente ano revelam esta tentativa, de inserir o entendimento da produção do conhecimento dentro dos muros educacionais, mas também em espaços sociais mais amplos, cuja Extensão Universitária é, talvez, o exemplo, maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto o presente artigo – fruto de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo – buscou traçar um breve relato sobre os principais desafios das FSJ e a sua respectiva relevância ao criar um Núcleo de Extensão Universitária visando a ampliação da sua inserção social na região em que está inserida, sob o binômio ensino e pesquisa.

A combinação dos procedimentos metodológicos – travou um debate entre a teoria e as ações concretas promovidas de modo autônomo em, alguns casos, por meio de parcerias.

As caracterizações acerca da pesquisa de campo, por meio da técnica da observação participante - foram resultado da experiência dos autores deste artigo na qualidade de atores institucionais das FSJ, um professor e coordenador da Iniciação à Pesquisa e Monitoria e de Extensão e uma aluna do curso de Direito.

Foi possível constar por meio da pesquisa que os desafios iniciais da criação de um Núcleo de Extensão Universitária são desde os organizacionais/operacionais até os de natureza cultural. Entretanto, podemos considerar que o principal desafio diz respeito ao entendimento do significado da Extensão por parte dos atores envolvidos, tais como professores, gestores universitários, discentes e a própria comunidade a ser assistida. Isto está relacionado o caminho a seguir, focado em cursos voltados para comunidade, a prestação de serviços in loco ou na própria faculdade. Ou por meio da combinação de ambas diretrizes. Acredita-se também que a Extensão deve, de certo modo, ser flexível o bastante para assumir um formato que dependerá do público alvo que se deseja atingir e das expectativas deste segmento social.

Para tanto, o Núcleo de Extensão Universitária juntamente com a Direção de ensino, das Escolas e com as Coordenações, deverá estar atento e sensibilizado para compreender a estratégia de Extensão a ser promovida, objetivando tomar as melhores

REFERÊNCIAS

CLÍNICA DA FAMÍLIA ANTONIO GONÇALVES DA SILVA. Disponível em <http://www.otics.org/estacoes-de-observacao/rio-saude-presente/clinicasdafamilia/clinicas-da-familia-inauguradas/ap-5.1/clinica-da-familia-antonio-goncalves-da-silva> Acesso 15 dez 2014.

ESCOLA MUNICIPAL COSTA DO MARFIM. Disponível em <http://www.escol.as/181097-escola-municipal-costa-do-marfim> Acesso em 15 dez 2014

FACULDADES SÃO JOSE. Clínica de Assistência Jurídica. Disponível em <http://www.saojose.br/acontece/clinica-de-assistencia-juridica/> Acesso em 15 dez 2014.

FACULDADES SÃO JOSE. Clínica de Fisioterapia. Disponível em <http://www.saojose.br/extensao/clinica-de-fisioterapia-faculdades-sao-jose/> Acesso em 15 dez

FACULDADES SÃO JOSE. Clínica Odontológica Professor Leo Krieger. Disponível em <http://www.saojose.br/extensao/clinica-odontologica-prof-leo-krieger/> Acesso em 15 dez 2014.

FACULDADES SÃO JOSE. Nossa história. Disponível em <http://www.saojose.br/institucional/nossa-historia/> Acesso em 16 dez 2014.

FACULDADES SÃO JOSE. Plano de Desenvolvimento Institucional /FSJ – 2013-2017.

FACULDADES SÃO JOSE. Projeto Rondon. Disponível em <http://www.saojose.br/extensao/projeto-rondon/> Acesso em 15 dez 2014.

FAETEC. Disponível em <http://www.faetec.rj.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/7809-cetep-batan-comemora-um-ano-de-inauguracao>. Acesso 15 dez 2014

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de et al.(org). A construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

RIOMAISSOCIAL. Disponível em <http://www.riomaisocial.org/territorios/batan/> Acesso em 15 Dez 2014

SILVA, José Augusto Medeiros. A Extensão Universitária na Região dos Cocais Maranhenses Revista Húmus, Jan/Fev/Mar/Abr. 2012. N° 4

UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA. Disponível em <http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-selecionado/ficha-tecnica-upp-batan/Batan> Acesso 15 dez 2014.

WIKIPEDIA. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Batan> Acesso 15 dez 2014



www.saojose.br | (21) 3107-8600
Av. Santa Cruz, 580 - Realengo - Rio de Janeiro